

MIGRAÇÃO E BRANQUEAMENTO POPULACIONAL: UMA CRÍTICA À POLÍTICA DE VARGAS

MIGRATION AND POPULATION WHITENING: A CRITIQUE OF VARGAS'S POLICY

Maria Beatriz Souza Martínez ¹[0000-0003-4497-2672]

Márcia Maria de Oliveira ¹[0000-0001-5511-0942]

¹ Universidade Federal de Roraima (UFRR)

beatrizsouzamartinez@gmail.com, marcia.oliveira@ufrr.br

Resumo. O quadro geopolítico atual é marcado por sua dinâmica em constante transformação, contando com uma intensa movimentação de pessoas. Por isso em diferentes locais do mundo políticas migratórias são desenvolvidas, constituindo-se um tema de grande importância. Neste contexto, os estudos sobre políticas migratórias adquirem grande relevância, ajudando a analisar e compreender tais processos, contribuindo para a formulação de futuras políticas. O Brasil é um país multicultural, formado por diferentes tipos de pessoas, cores e culturas, fruto de migração. No século XIX, com surgimento da República Brasileira, quando o país construía sua imagem, as elites nacionais viam com desdém a maioria de sua população, africana e mestiça. Surgiram então as políticas migratórias do Governo Vargas nas décadas de 1930 e 1940, que buscavam um “branqueamento” populacional que supostamente traria mais “civilização” ao Brasil. Este artigo busca analisar criticamente a política migratória do período Vargas, investigando como suas características e ideais influenciam e repercutem a realidade migratória e social até hoje. Este trabalho abrange uma área de estudo interdisciplinar, incluindo a Sociologia, História e Relações Internacionais. São utilizados autores como Ana Fabian, Lilia Schwarcz, Jeffrey Lesser, dentre outros.

Palavras-chave: migração, política, sociedade, raça, Brasil

Abstract. The current geopolitical landscape is marked by its constantly changing dynamics and intense movement of people. For this reason, migration policies are developed in different parts of the world, making the subject highly important. In this context, studies of migration policies are highly relevant, helping to analyze and understand such processes and contributing to the formulation of future policies. Brazil is a multicultural country, formed by different types of people, colors, and cultures as a result of migration. In the nineteenth century, with the emergence of the Brazilian Republic, when the country was constructing its image, national elites looked down on the majority

of its population, which was African and mixed-race. The Vargas government's migration policies then emerged in the 1930s and 1940s, seeking a population "whitening" that supposedly would bring more "civilization" to Brazil. This article critically analyzes the migration policy of the Vargas period, investigating how its characteristics and ideals influence and reverberate in migratory and social reality to this day. This study covers an interdisciplinary field, including Sociology, History, and International Relations. Authors such as Ana Fabian, Lilia Schwarcz, Jeffrey Lesser, among others, are used.

Keywords: migration, politics, society, race, Brazil

A temática migratória vem ganhando bastante espaço na mídia, nos debates políticos, acadêmicos e entre a população. No Brasil, o tema migratório ganhou impulso com a chegada de novas correntes migratórias ao país, como da Venezuela, Haiti e países africanos. Para formular políticas de acolhimento a esses migrantes é necessário compreender o processo histórico em que se desenvolveram as políticas migratórias brasileiras e quais conclusões e críticas podemos considerar a partir de então. O artigo foca na política migratória brasileira da década de 1930 até 1940, período em que o Brasil buscava uma identidade nacional e utilizou a política migratória para esse fim, incentivando a vinda de migrantes europeus para trabalhar e “clarear a população brasileira”. Nas palavras de Lasser (2014, p.41) “A ideologia do branqueamento foi de crucial importância na formulação da política de imigração brasileira moderna”. Essa política reflete o pensamento racial e desenvolvimentista da época. O objetivo do trabalho é analisar criticamente como a política migratória deste período, suas características, ideais influenciam e repercutem a realidade migratória e social até hoje. A metodologia utilizada foi a revisão e levantamento bibliográfico.

As políticas públicas das migrações internacionais são respostas institucionais dos movimentos populacionais que se direcionam para determinado território e suas consequências, características e efeitos. Essas políticas lidam com a entrada e permanência de estrangeiros no território nacional. Sua formulação se baseia em diferentes princípios, como questões étnicas ou culturais, aspectos econômico-laborais, demografia, dentre outros. Além disso, elas refletem percepções baseadas em valores culturais, éticos e relações sociais que ocorrem entre os migrantes e o local de destino. As políticas de promoção migratória articulam a entrada ou saída voluntária de migrantes ao país buscando o fomento da migração, podendo ocorrer de forma seletiva ou em massa. As migrações de povoamento incluem programas de colonização e povoamento, baseadas no aumento da população e na ocupação territorial como ocorreram no Brasil, nos demais países da América Latina e nos Estados Unidos. As migrações laborais são baseadas na busca pela mão de obra (MÁRMORA, 2017).

A criação da identidade brasileira se deu no início da República em 1889, quando o país desvincilhou-se da monarquia com a destituição de D. Pedro II. Este período é marcado pela busca da modernidade e por elementos de identidade nacional, utilizando a França como modelo de civilização. A ideia de modernidade foi fortemente influenciada pelo Positivismo, como é notório na bandeira da nação com os dísticos “ordem e progresso” e a noção de que o progresso era certo, linear e evolutivo (SCHWARCZ, 2012).

Com a República e sua busca por mudanças, passou-se a classificar os cidadãos com base em critérios raciais. A ideia de um racismo ligado a um “rigor” científico foi

fortemente enraizado. Esse racismo relacionava características físicas para definir a inferioridade e a falta de civilização. Com o fim da escravidão em 1888, incentivou-se a vinda de migrantes como substituição de mão-de-obra por conta da demanda pelo café junto à criação de modelos alternativos ao trabalho escravo. O projeto de política migratória entre 1930 e 1940, durante o governo de Getúlio Vargas baseou-se na ideia de *branqueamento* da população, os governantes acreditavam que a população brasileira deveria ser menos “negra” e mais “branca”, significando que a população deveria ser fisicamente transformada, embranquecendo por casamentos mistos e políticas de imigração, trazendo imigrantes europeus para tornar o Brasil mais branco, principalmente italianos, alemães e portugueses. (LESSER, 2015; KOIFMAN, 2012). Houve uma forte resistência à vinda de imigrantes africanos e debates sobre os asiáticos. Em relação aos europeus, a resistência era menor, firmando colônias em diversas regiões do país, principalmente italianas e alemãs no sul do Brasil. Em 1776, em seu livro “*On the Natural Varieties of Mankind*” o médico alemão Johann Friedrich Blumenbach formulou uma teoria racial a qual houve grande aceitação no Brasil, a qual colocava os europeus no topo da hierarquização racial, no meio estavam os asiáticos, chamados de “mongoloide” e no extremo inferior estavam os negros. Outro teórico de grande influência foi Jean-Baptiste Lamarck, o qual acreditava que era possível haver uma única “raça nacional”. Essa ideia inspirou a criação das políticas migratórias brasileiras (LESSER, 2015).

O tipo de migrante desejado pelas elites possuía um perfil trabalhador, empreendedor, de pele clara, mas capazes de se adaptar ao clima brasileiro. Contudo, esse perfil não era fácil de atrair e as pessoas com maior probabilidade de se interessar eram refugiados, exilados políticos e pobres, menos bem-vindos. Negavam-se a entrada de analfabetos, deficientes, pessoas com doenças terminais, doenças contagiosas, aleijados, dentre outros grupos. Os migrantes vieram incentivados pela propaganda que garantia grandes terras férteis para o trabalho e prosperidade, junto com o mito da abundância dos trópicos. Eles foram trabalhar com a agricultura, com a plantação de café e outras culturas principalmente no Sul e em São Paulo, onde firmaram colônias (LESSER, 2015).

A política migratória da década de 1930 até 1940 possui implicações até a atualidade. A migração selecionada ainda persiste ao longo do tempo, incluindo critérios raciais, sua influência repercutiu fortemente na política adotada pela ditadura, com o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815 de 1980) até o período atual. Na época da Ditadura Militar, a migração era uma questão de segurança e soberania, percebendo o migrante como uma possível ameaça. (FABIAN, 2020; REDIN, 2020). Essa visão é compartilhada até hoje por uma grande parcela da população, responsabilizando a migração pelo desemprego e considerados prejudiciais para a economia e a segurança nacional, o que remete à Crise de 1929, quando a população passou a culpar os migrantes pela crise econômica e suas consequências.

Com as novas correntes migratórias no Brasil, principalmente oriundas da América Latina e de africanos, o caráter segregacionista e securitário das políticas migratórias torna-se visível. Em 2017, o Estatuto do Estrangeiro foi substituído pela Lei da Migração (Lei Federal 13445/2017), com uma abordagem baseada nos princípios dos Direitos Humanos e com o repúdio ao racismo, xenofobia e demais formas de discriminação. Apesar disso, os vetos parciais da sua aplicação e regulamentação mostram que o desejo pelo alto controle migratório e a sua securitização ainda é forte. Apesar dos avanços, há manifestações de segmentos sociais contrários a nova lei, os quais praticam atitudes preconceituosas, racistas e xenófobas. Essa realidade se

manifesta no cotidiano do migrante. Além da desafiadora condição de migrante, tais migrantes possuem diferentes raças e classes, as quais influenciam sua experiência migratória.

1 Considerações finais

Durante os anos de 1930 a 1940, com o Governo Vargas, a política migratória brasileira foi marcada por características eugenistas, racistas e pelo caráter altamente restritivo, negando a entrada de mutilados, aleijados, portadores de doença e evitando a vinda de negros ao país, enquanto incentivava a vinda de europeus para o “branqueamento” populacional, alterando a composição étnica da população e substituindo a mão-de-obra escrava. Apesar dos avanços com a Nova Lei de Migração de 2017, ainda há muitos desafios pela frente, como assegurar o cumprimento e a regularização de seus princípios. A composição étnica dos migrantes ainda é uma questão delicada. Apesar de ser visto como um país “acolhedor”, muitos migrantes são vítimas de segmentos xenófobos e racistas da sociedade, o que marca sua experiência migratória no Brasil. A seletividade migratória ainda persiste, a política de Vargas baseou-se em questões de seleção de migrantes e a criação do “migrante desejável” e do “indesejável”, a qual percebe os migrantes como um recurso a servir aos interesses do Estado, devendo atender aos objetivos atuais.

2 REFERÊNCIAS

1. FABIAN, Ana. Nova Lei de Migração: Políticas Migratórias e Direitos Humanitários. 2020.
2. KOIFMAN, Fábio. Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941 - 1945). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2012.
3. LESSER, Jeffrey. A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo. Editora UNESP. 2015.
4. MÁRMORA, Lélío, et al. Dicionário Crítico da Migração Internacional. SciELO - Editora UnB. 2017.
5. REDIN, Giuliana. Migrações Internacionais: Experiências e Desafios para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos no Brasil. Editora UFSM. Santa Maria, RS. 2020.
6. RIBEIRO, Darcy. O POVO BRASILEIRO: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo. 2014.
7. SCHWARCZ, Lilia Moritz. História do Brasil Nação: 1808 - 2010: A abertura para o mundo: 1889 - 1930, volume 3. Rio de Janeiro. Objetiva. 2012.
8. VAINFAS, R. Intolerância em perspectiva. Revista USP. 2007.